

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2018  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Valduga - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck  
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Tece comentários a respeito da visitação do médico italiano Cristian Manuel Perez a Santa Catarina para conhecer e vivenciar o atendimento do Sistema Brasileiro Médico de Atendimento Móvel de Urgência, o Samu, sendo que o mesmo ficou impressionado com a rapidez da prestação de atendimento da ambulância do citado órgão.

Cita as dificuldades ocorridas no ano anterior na manutenção do órgão e, durante sua gestão na secretaria de Saúde, foi implantada uma política

de estado no gerenciamento, colocando responsabilidades ao estado, como a parceria com o Corpo de Bombeiros Militar para reunir forças e o resultado é a excelente logística de serviços de saúde prestados à sociedade.

Ao exibir vídeo informativo sobre o tema abordado, afirma a relevância do ilustre visitante na troca de experiências e o interesse de se fazer intercâmbio profissional entre as equipes de apoio médico da Itália com as do Samu do estado catarinense, o que considera de vital importância para o conhecimento, interação com o sistema europeu de atendimento médico e capacitação. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Lê reportagem do *Jornal Cruzeiro do Sul*, da cidade de Sorocoba, São Paulo, comentando sobre o futuro governo Jair Bolsonaro. Aborda que o Brasil em toda a sua história viveu aos solavancos na trajetória republicana, às vezes por conta das condições econômicas do mundo, e também por questões internas próprias, em que se agarrou a valores transferidos por seus colonizadores e culminou em dificuldades para encontrar sua identidade. Destaca que serão dias duros, surgiram muitos obstáculos para aprovar mudanças na sociedade e no Parlamento. Cita que na última eleição o povo estava dividido, saturado de discursos, promessas e corrupção.

Encerra demonstrando otimismo para com os governadores e ao presidente eleito, desejando serenidade, e ouvidos atentos ao povo, sensibilidade do Congresso para trabalhar pelos interesses nacionais, afirmando que é preciso crescer na adversidade como se fosse um desafio a ser enfrentado. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Fala sobre a situação do estado, da infraestrutura, e entre tantos problemas refere-se à promessa feita por candidatos ao governo e governadores eleitos, a rodovia que liga Anita Garibaldi a Celso Ramos. Comenta que a obra iniciou durante o governo

Raimundo Colombo, com uma pequena parte da estrutura executada, mas não chegou a receber recapeamento asfáltico e foi abandonada. Informa que a comunidade está se mobilizando para cobrar a continuidade do trabalho.

Também cita que o Orçamento do estado apresentou um déficit de mais de R\$ 2 bilhões, e a dívida com fornecedores já alcançou R\$ 700 milhões, débito este que ficará para o próximo governo. Considera lamentável e preocupante a situação, com obras inacabadas, infraestrutura precária e estradas esburacadas.

Registra, ainda, que a tão propalada Reforma Trabalhista completou um ano, período em que foi rasgada a CLT, mentindo aos trabalhadores que, ao retirar direitos duramente conquistados, seriam gerados novos empregos. Discorda do discurso apresentado pelos reformistas, pois nada mudou em relação ao desemprego, além de precarizar a situação do trabalhador.

Acrescenta que os discursos de reforma continuam, agora atingindo a Previdência Pública, e adverte que pretendem seguir o exemplo do Chile, que foi um desastre. Ressalta que sem uma previdência forte, sem aposentadorias, se empobrece também a economia, principalmente dos pequenos e médios municípios.

Afirma que o desenvolvimento e a geração de novos empregos acontecem pela melhoria do poder aquisitivo do trabalhador, a valorização do salário. Declara que este foi o grande segredo da economia positiva e distribuição de renda nos governos de Lula e Dilma. Também alerta que agora está havendo um retrocesso, com diminuição da renda do trabalhador e conseqüente quebra-deira.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante)  
- Entende que este tema tem dado muito palanque, mas a hora da verdade está chegando, comprovando que o modelo vigente está acabado, pois a população envelheceu, e é preciso despir-se dos partidos políticos, enfrentando a realidade. Pondera que não é possível admitir privilégios e castas dentro das aposentadorias, pois o Brasil

não suporta mais este tipo de situação.  
[Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) -  
Discorre sobre a Constituição de 1988, lei fundamental e suprema do Brasil que completou 30 anos dia 05 de outubro, redefinindo o processo de redemocratização do país, após 21 anos de ditadura militar.

Posiciona-se que o objetivo principal da reorganização da Lei Maior do Brasil é assegurar os direitos fundamentais violados no regime autoritário; crimes inafiançáveis; ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, garantindo ao cidadão viver numa democracia representativa com direito a voto popular, eleição direta aos cargos de presidente, governador, prefeito, deputado federal, estadual, senador e vereador.

No quesito igualdade, destaca que a Constituição de 1988, entre seus princípios fundamentais, assegura cidadania e dignidade à pessoa humana; educação; liberdade de aprender, ensinar; pesquisar; divulgar o pensamento; arte do saber; pluralismo de ideias; concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; valorização dos profissionais de educação escolar e criação do Sistema Único de Saúde, uma das grandes conquistas da sociedade brasileira.

Por fim, defende a Constituição Federal, considerando-a um bem que assegura o direito do cidadão brasileiro, e afirma que nenhuma outra lei no Brasil pode contrariar ou se sobrepor à Constituição Brasileira, resguardada pela fiscalização do Supremo Tribunal Federal.  
[Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Tece comentários a respeito do Decreto n. 1.711, de 28 de agosto de 2018, do governador do estado, o qual mexe com o setor empresarial catarinense de autopeças e propulsores devido à alteração de cobrança do ICMS. Considera matéria totalmente imprópria para o momento, pois os empresários precisam de segurança jurídica na economia, bem como gerar de empregos.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Comunga a fala do deputado e se mostra favorável ao diálogo com o secretário de estado da Fazenda na busca do bom entendimento para atender a todos, principalmente por desconhecer o conteúdo da matéria. [Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

#### **Ordem do Dia**

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência dá conhecimento ao Ofício do Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, criado pela Lei Complementar Estadual n° 0636/14, formado por representantes técnicos de nove prefeituras da região do governo do Estado de Santa Catarina e da sociedade civil organizada.

(Passa a ler.)

"Manifesta seu apoio ao Projeto de Lei Complementar n° 0023/2018 que viabilizará a integração e qualificação no sistema de transporte público coletivo da região metropolitana de Florianópolis.

O referido projeto foi elaborado por consenso entre o governo do estado e as prefeituras da região, tendo como sua minuta aprovado no âmbito deste comitê em Fevereiro de 2018. Em março de 2018 a mesma minuta foi ratificada pelo Colégio Superior da Região Metropolitana de Florianópolis, órgão máximo de deliberação da estrutura de governança interfederativa, composto por nove prefeitos da região e três secretários de estado.

O consenso em relação ao projeto de lei foi alcançado após o longo debate entre representantes do governo estadual e das prefeituras da região. Iniciado em meados de 2017, após suspensão da tramitação pelo PLC nº 0007.3/2017, na Assembleia do Estado.

Assim, o projeto de lei ora em discussão reflete concordância dos prefeitos em iniciar a integração metropolitana de maneira prudente e com respeito a autonomia dos entes federativos. Diversos estudos nacionais e internacionais enaltecem a importância do transporte público coletivo e promoção da mobilidade urbana de forma sustentável e inclusiva.

Há de considerar que os municípios e o estado vêm sofrendo exigências e ações do Ministério Público de Santa Catarina e Tribunal de Contas do Estado, haja vista a obrigação legal de licitar os serviços de transporte público coletivo que se encontra em latente precariedade e apenas resistem em benefício da solução integrada viabilizada pela aprovação do referido projeto de lei. Não sendo aprovado no corrente ano, os municípios serão obrigados a adotar soluções individuais que prejudicam e inviabilizam o adequado atendimento da população metropolitana contrariando as exigências da política nacional de mobilidade urbana da Lei Federal nº 12.587/2012 do estatuto da metrópole federal nº 13.89/2015.

O aludido projeto de lei em tramitação na Alesc é o primeiro passo para alcançarmos a segurança jurídica necessária para implantação do sistema de transporte integrado coletivo que será criado e gerido de forma conveniada entre o governo do estado e as prefeituras municipais. Além disso, esse projeto não gera impacto financeiro aos cofres públicos nem põe nenhuma obrigação ou subtrai prerrogativas dos municípios.”

A Presidência informa que tal manifesto é uma solicitação para celeridade do referido projeto, e a assinatura corresponde aos municípios de: Águas Mornas, Antonio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da

Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara; também da Fecomércio, da CAU/SC, SCPAr, do CREA, do SENGE/SC, da Fetrancesc, e da OAB.

Igualmente, a Presidência informa que todos os srs. deputados receberam em seus gabinetes esta solicitação feita pelo Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - Coderf.

Na sequência, dá continuidade a pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00223/2018, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que autoriza a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas e interestaduais com medicamento destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0173/2018, de autoria do deputado Ricardo Guidi, que altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina", para o fim de adjetivar com a cor laranja a "Semana Estadual de Prevenção às Deficiências".

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0131/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jean Kuhlmann.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0422/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga, que institui o Estatuto do Portador de Câncer no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 00221/2018 de autoria do governo do estado, que reduz temporariamente a contribuição de que trata o art. 24 da Lei Complementar nº 306, de 2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências. Ato da Mesa nº 021-DL/18 - Prorroga prazo.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso, Valdir Cobalchini.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade pela maioria, com votos contrários dos srs. deputados Fernando Coruja, Dr. Vicente Caropreso e Rodrigo Minotto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2018, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a associação beneficente Promoção e Assistência Social de Treviso (PROAST).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0162/2018, de autoria do deputado Antônio Aguiar, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca do valor total investido na reconstrução do Ginásio de Esportes da Escola Básica Júlia Baleoli Zaniolo, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0163/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao Governador do Estado informações acerca da licitação para realização das obras de ampliação do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0164/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer, solicitando ao Secretário da Fazenda informações acerca do valor estimado da renúncia tributária relativa à redução da base de cálculo do ICMS incidentes sobre os produtos da cesta básica para 2019, e qual o montante incidente sobre as farinha de trigo, de milho e de mandioca.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0165/2018, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário da Casa Civil informações acerca da atual composição acionária da Casan e da Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0855/2018, 0856/2018, 0858/2018 e 0859/2018, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0857/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0860/2018, de autoria do deputado Valmir Comin; e 0861/2018, de autoria do deputado Leonel Pavan.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0466/2018 e 0467/2018, de autoria do deputado Milton Hobus.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

\*\*\*\*\*

## **Explicação Pessoal**

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Agradece aos colegas deputados, e as comissões da Casa, por aprovar o Projeto de Lei n. 422/2017, de sua autoria na presente data. Destaca que o mesmo institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Câncer, e será um compromisso com a dignidade humana ao promover e proteger o doente. Cita que o objetivo é iniciar e aprofundar a discussão para que a legislação se torne mais coesa, e que a população possa reivindicar os seus direitos com celeridade, já que a intenção é garantir diagnóstico precoce e tratamento rápido. Esclarece que está demonstrado que o resgate da cidadania, ajuda no processo de recuperação da autoestima e influi positivamente na qualidade de vida do paciente.

Conclui reconhecendo que ainda há um longo caminho a percorrer, para que o enfermo com câncer tenha uma justa e efetiva proteção do estado e da sociedade, pois uma doença tão grave fragiliza não apenas o doente, mas toda a sua estrutura familiar. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, Especial, para a presente data, às 19h, em Comemoração aos 50 Anos da Criação da Receita Federal do Brasil. *[Taquígrafa: Ana Maria]*